



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
25ª Câmara

Registro: 2016.0000226047

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0047478-58.2011.8.26.0506, da Comarca de Ribeirão Preto, em que é apelante PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAO PRETO, é apelado MIGUEL PEREIRA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente), CLAUDIO HAMILTON E EDGARD ROSA.

São Paulo, 6 de abril de 2016.

Hugo Crepaldi
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
25ª Câmara

Apelação Cível nº 0047478-58.2011.8.26.0506
Comarca: Ribeirão Preto
Apelante: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Apelado: Miguel Pereira da Silva
Voto nº 14.824

APELAÇÃO – AÇÃO INDENIZATÓRIA – DANOS MATERIAIS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – BURACO NA VIA – RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL POR OMISSÃO DE ENTE PÚBLICO – Via cuja administração é de responsabilidade da pessoa jurídica de direito público interno requerida – Falha na prestação de serviços evidenciada, uma vez que é dever da ré zelar pela conservação, segurança e dirigibilidade das vias, adotando medidas cabíveis para garantir a segurança daqueles que nelas trafegam – ÔNUS DA PROVA – Art. 373, II, do CPC – DANOS MATERIAIS – Devidamente comprovados – DANOS MORAIS – Verificados (“in re ipsa”) – Compensação fixada de forma justa e adequada, sem que se possa cogitar enriquecimento ilícito – Negado provimento.

Vistos.

Trata-se de Apelação interposta por **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO**, nos autos da ação indenizatória que lhe move **MIGUEL PEREIRA DA SILVA**, objetivando a reforma da sentença (fls. 106/108) proferida pela MM. Juíza de Direito Dra. Lucilene Aparecida Canella de Melo, que julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a ré ao pagamento de R\$ 4.000,00 a título de danos morais e R\$ 1.100,00 a título de danos materiais, devendo ainda arcar com as custas judiciais do processo e honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 15% do valor da condenação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
25ª Câmara

Apela a ré (fls. 111/123) sustentando a necessidade de reforma da decisão impugnada por alegado “*error in judicando*” consistente em julgamento contrário à prova dos autos, reconhecendo-se a total improcedência do pleito exordial; subsidiariamente, pugna pelo afastamento da condenação por danos morais ou, alternativamente, pela redução de seu “*quantum*”.

Recebido o apelo no duplo efeito (fls. 124), houve contrarrazões (fls. 126/132).

É o relatório.

Cuida-se de acidente de trânsito cuja dinâmica, incontroversa, consistiu na queda do motociclista autor em decorrência da presença de deformidade em via urbana não sinalizada (buraco próximo a bueiro com vazamento coberto por lâmina de água) cuja administração é de responsabilidade da pessoa jurídica de direito público interno requerida (“*Boletim de Ocorrência*” - fls. 12/13 e *fotografias* – fls. 14/25), caracterizando responsabilidade por omissão nos termos do artigo 1º, §3º, do Código de Trânsito Brasileiro, “*verbis*”:

“Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código...

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.” (grifou-se).

Como preleciona Carlos Roberto Gonçalves, a esse respeito, *“a menção expressa à responsabilidade também por omissão das entidades que compõem o Sistema Nacional de Trânsito – o que a Constituição Federal não fez – não constitui propriamente inovação, pois tem prevalecido na jurisprudência a corrente que sustenta ser objetiva a responsabilidade civil do Estado pelos atos comissivos e, também, pelos que decorrem da omissão de seus agentes”*, não obstante, *“o fato de o Código de Trânsito Brasileiro não se referir aos pressupostos constantes do texto constitucional não significa que as regras agora são mais abrangentes e que teria sido adotada a teoria do risco integral, distanciando-se da teoria do risco administrativo, seguida pela Carta Magna”* (*“Direito Civil Brasileiro”*, vol. IV, 9ª ed., São Paulo, Saraiva, 2014, pp. 499/501).

Nessa toada, ao deixar de prestar adequadamente o serviço de fiscalização das vias e de garantir condições razoáveis de tráfego aos usuários, comprometendo a segurança dos condutores, revela-se manifestamente defeituoso o serviço prestado pela ré, devendo, pois, responder pelos danos causados.

Por outro lado, não é possível cogitar de caso fortuito ou força maior, dado que o evento não se caracteriza como imprevisível, de modo que caberia a ré adotar as medidas cabíveis para garantir a segurança dos condutores na região.

E também não prospera argumento de que houvera culpa exclusiva ou concorrente da vítima, já que as circunstâncias do acidente revelam que este fora ocasionado pelas condições da via, e não por imprudência, negligência ou imperícia de quem conduzia o automóvel. Cabendo salientar que o ônus de comprovar o contrário cabia à ré (artigo 373, inciso II, do Código de Processo Civil).

Nesse liame, ressalte-se que o Boletim de Ocorrência, *indício de prova* que encerra presunção *relativa* de veracidade, foi apreciado em consonância com as demais provas carreadas aos autos no decorrer do processo, conforme entendimento desta Corte:

“ACIDENTE DE VEÍCULOS. Indenização. Princípio da identidade física do juiz natural. Cessação de convocação do magistrado que encerrou a instrução extingue sua vinculação para prolação de sentença, cf. art. 132 CPC. Danos materiais e morais. Pensão alimentícia vitalícia. Inexistência de incapacidade para o exercício de atividades laborais. Ausência do registro de transferência não necessariamente implica em responsabilidade exclusiva do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado, como determina a S m. 132 STJ. Boletim de Ocorrência possui presunção relativa de veracidade. Não se desincumbindo a contento o autor de produzir provas a resguardar seus direitos, improcede a ação. Reflexos na disciplina sucumbencial. Matéria prejudicial afastada. Agravos retidos improvidos. Recurso parcialmente provido.” (Apelação 0001611-57.2005.8.26.0084, Rel. Júlio Vidal, 28  Câmara de Direito Privado, J. 01.02.2013 – grifou-se).

Desta feita,   inquestionável o dever de reparação do requerido, conforme já decidido por esta Corte Recursal:

“RESPONSABILIDADE CIVIL DE AUTARQUIA EM CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS (DER) Acidente de trânsito Pista escorregadia  leo Responsabilidade objetiva Artigo 37,   6 , da Constituição Federal de 5.10.1988 Dever de indenizar que só é afastado se ficar provado alguma das causas excludentes de responsabilidade Caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima não verificados na espécie Nexo causal não rompido - Prova suficiente de que a pista estava escorregadia em razão da existência de  leo Fato que causou outros três acidentes no mesmo trecho e em condições semelhantes - Omissão da administração

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
25ª Câmara

configurada Reparação dos danos devida Danos materiais, morais e estéticos Valores comprovados e arbitrados com razoabilidade e proporcionalidade Atualização monetária da indenização do dano moral e estético nos termos da Súmula 362 do STJ - Juros de mora Termo inicial Data do fato - Redução do percentual para 0,5% ao mês até a data da entrada em vigor da Lei nº 11.960/2009. Critérios impostos pelo STF, em ações pendentes, deverão ser observados ao tempo da liquidação Verba honorária advocatícia mantida Observância do artigo 20, § 3º, do CPC Ação julgada parcialmente procedente. - Apelação do réu provida em parte. - Reexame necessário desprovido.” (TJSP, Apelação nº 0011524-60.2007.8.26.0224 – Rel: Edgard Rosa – 25ª Câmara de Direito Privado – d.j. 31.07.2014).

“ACIDENTE DE VEÍCULO - RESPONSABILIDADE CIVIL QUEDA DE MOTOCICLETA - Ação de indenização por danos morais e materiais, decorrentes de acidente de veículo (queda de motocicleta, em decorrência de entulho de pedras existentes na pista) Ação julgada procedente para compor danos materiais e morais Responsabilidade subjetiva, no caso, posto que decorre de omissão do Poder Público (Municipalidade) Nexo causal presente, pouco importando a impossibilidade de retirada imediata do entulho, vez que era obrigação da municipalidade deixar a via pública em perfeitas condições de uso - Culpa da vítima não reconhecida, já que o acidente ocorreu de madrugada Impugnação aos valores compostos que também não ganham guarida, pois o valor dos danos materiais foi devidamente demonstrado, e os danos morais, que existiram, em razão das lesões físicas, foram fixados de forma razoável, não sendo o caso de se reconhecer um mero aborrecimento - Recurso improvido.” (TJSP, Apelação nº 0011655-27.2010.8.26.0322 – Rel: Carlos Nunes – 33ª Câmara de Direito Privado – d.j. 09.06.2014).

“Acidente de veículo. Perda de direção em razão da existência de animal morto na pista. Responsabilidade objetiva da concessionária que administra e fiscaliza a rodovia, a qual tinha o dever legal de garantir o trânsito em condições seguras. Exegese do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor; artigo 1º, §§ 2º e 3º, do Código de Trânsito

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
25ª Câmara

Brasileiro; e artigo 37 da Constituição Federal. Autor que procedeu a venda do veículo antes de realizar os reparos. Indenização que, nessa circunstância, não pode ter por base os orçamentos apresentados, mas deve corresponder à diferença entre o valor da venda e o preço de mercado do bem. Recurso parcialmente provido.” (TJSP, Apelação nº 0007251-56.2010.8.26.0572 – Rel: Ruy Coppola – 32ª Câmara de Direito Privado – d.j. 22.05.2014).

No mais, os danos materiais restaram suficientemente demonstrados, não tendo sido impugnados efetivamente pela requerida.

Assim, mantém-se a condenação do demandado ao pagamento do montante arbitrado pelo MM. Julgador *a quo* a título de danos materiais, posto que direta e razoavelmente depreendidos do evento danoso.

E, finalmente, quanto ao dano moral, convém ressaltar, a princípio, a lição do ilustre Orlando Gomes ao retratar sua dupla função, de expiação, em relação ao culpado, e de satisfação, em relação à culpa, ressaltando serem tão somente *compensáveis*:

“Dano moral é, portanto, o constrangimento que alguém experimenta em consequência de lesão em direito personalíssimo, ilicitamente produzida por outrem. (...) Observe-se, porém, que esse dano não é propriamente indenizável, visto como indenização significa eliminação do prejuízo e das consequências, o que não é possível quando se trata de dano extrapatrimonial. Prefere-se dizer que é compensável. Trata-se de compensação, e não de ressarcimento. Entendida nestes termos a obrigação de quem o produziu, afasta-se a objeção de que o dinheiro não pode ser o equivalente da dor, porque se reconhece que, no caso, exerce outra função dupla, a de expiação, em relação ao culpado, e a de satisfação, em relação à culpa”. (in “Obrigações”, 11ª ed. Forense, pp.

271/272).

Quanto à necessidade de comprovação, importante notar que a caracterização do dano moral decorre da própria conduta lesiva, sendo aferido segundo o senso comum do homem médio, conforme leciona Carlos Alberto Bittar:

“(...) na concepção moderna da teoria da reparação dos danos morais prevalece, de início, a orientação de que a responsabilização do agente se opera por força do simples fato da violação (...) o dano existe no próprio fato violador, impondo a necessidade de resposta, que na reparação se efetiva. Surge “ex facto” ao atingir a esfera do lesado, provocando-lhe as reações negativas já apontadas. Nesse sentido é que se fala em “damnum in re ipsa”. Ora, trata-se de presunção absoluta ou “iure et de iure”, como a qualifica a doutrina. Dispensa, portanto, prova em contrário. Com efeito corolário da orientação traçada é o entendimento de que não há que se cogitar de prova de dano moral.” (in “Reparação Civil por Danos Morais”, Editora Revista dos Tribunais, 2ª Ed., pp. 202/204)

O abalo aos direitos personalíssimos é, assim, uma consequência inexorável, devendo-se ter por presumida a ocorrência de dano (“*in re ipsa*”) nesse tipo de acidente.

Por fim, acerca do “*quantum*” compensatório, tem-se que a dificuldade inerente a tal questão reside no fato da lesão a bens meramente extrapatrimoniais não ser passível de exata quantificação monetária, vez que impossível seria determinar o exato valor da honra, do bem estar, do bom nome ou da dor suportada pelo ser humano.

Não trazendo a legislação pátria critérios objetivos a serem adotados, a doutrina e a jurisprudência apontam para a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
25ª Câmara

necessidade de cuidado, devendo o valor estipulado atender de forma justa e eficiente a todas as funções atribuídas à indenização: ressarcir a vítima pelo abalo sofrido (função satisfativa) e punir o agressor de forma a não encorajar novas práticas lesivas (função pedagógica).

Tomando-se por base aspectos do caso concreto – extensão do dano, condições socioeconômicas e culturais das partes, condições psicológicas e grau de culpa dos envolvidos – o valor deve ser arbitrado de maneira que atinja de forma relevante o patrimônio do ofensor, porém sem ensejar enriquecimento ilícito da vítima.

Diante do cenário formado nos autos e tendo em vista os critérios acima explicitados, reputo justo e adequado o valor indenizatório correspondente a R\$ 4.000,00, fixado em Primeiro Grau, que se presta a compensar os danos sofridos pela autora sem que se possa cogitar de seu enriquecimento indevido.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso e mantenho a r. sentença prolatada por seus próprios e jurídicos fundamentos.

HUGO CREPALDI
Relator